

**CONTRA**

**O**

**FEMINISMO**

**BRANCO**

**i**  
intrinseca

*"Abra espaço ao lado de  
Audre Lorde e Angela Davis  
em suas prateleiras."*

**CHICAGO REVIEW**

**RAFIA ZAKARIA**

**Contra o  
feminismo branco**

# **Contra o feminismo branco**

**RAFIA ZAKARIA**

Tradução de  
Solaine Chioro e Thaís Britto



Copyright © 2021 by Rafia Zakaria

TÍTULO ORIGINAL

Against White Feminism: Notes on Disruption

PREPARAÇÃO

Camilla Savoia

PROJETO GRÁFICO

Gabriela Pires

REVISÃO

Dandara Morena

Rayana Faria

DIAGRAMAÇÃO

Ilustrarte Design e Produção

Editorial

LEITURA SENSÍVEL

Victória Lane

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

Z25c

Zakaria, Rafia, 1978-

Contra o feminismo branco / Rafia Zakaria ; tradução Solaine Chioro, Thaís Britto. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Intrínseca, 2021.  
304 p. ; 21 cm.

Tradução de: Against white feminism

Inclui índice

ISBN 978-65-5560-323-1

1. Direitos das mulheres - Aspectos morais e éticos. 2. Feminismo. 3. Feminismo - Aspectos morais e éticos. 4. Feministas brancas - Aspectos morais e éticos. I. Chioro, Solaine. II. Britto, Thaís. III. Título.

21-72633

CDD: 305.42

CDU: 141.72

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

[2021]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA INTRÍNSECA LTDA.

Rua Marquês de São Vicente, 99, 6º andar

22451-041 – Gávea

Rio de Janeiro – RJ

Tel./Fax: (21) 3206-7400

www.intrinseca.com.br

## Nota da autora

Uma feminista branca é alguém que se recusa a considerar o papel que a branquitude e o privilégio racial ligado a ela desempenhou e continua a desempenhar na universalização das preocupações, pautas e crenças de feministas brancas como se fossem as mesmas de todos os feminismos e feministas. Você não precisa ser branca para ser uma feminista branca. Também é perfeitamente possível ser branca e feminista e não ser uma feminista branca. O termo descreve uma série de suposições e comportamentos que têm formado o feminismo ocidental *mainstream*, e não a identidade racial das praticantes. Ao mesmo tempo, é verdade que a maioria das feministas brancas são, de fato, brancas, e que a branquitude por si só está na essência do feminismo branco.

Uma feminista branca pode ser uma mulher que respeita seriamente os preceitos da “interseccionalidade” — a necessidade do feminismo de refletir desigualdades estruturais relativas a raça, fé, classe, deficiência etc., assim como gênero —, mas falha em ceder espaço para feministas de cor que têm sido ignoradas, invisibilizadas e excluídas do movimento feminista. As feministas brancas podem frequentar marchas a favor de direitos civis, ter amigas negras, asiáticas e marrons, e em alguns casos, serem elas mesmas negras, asiáticas ou marrons e, ainda assim, se dedicarem a estruturas organizacionais e crenças

que garantem que as experiências de mulheres negras, asiáticas e marrons, assim como suas necessidades e prioridades, continuem postas de lado. De modo abrangente, para ser uma feminista branca você simplesmente tem que ser alguém que aceita os benefícios conferidos pela supremacia branca às custas de pessoas de cor, enquanto reivindica o apoio à igualdade dos gêneros e a solidariedade entre “todas” as mulheres.

Este livro é uma crítica à branquitude dentro do feminismo; ele visa destacar o que deve ser extirpado, o que deve ser desconstruído para que algo novo, algo melhor, aconteça. Ele explica por que intervenções que simplesmente acrescentam mulheres negras, asiáticas ou marrons às estruturas existentes não funcionaram. Por ser uma crítica, não foi possível apresentar a diversidade de visões que existe em meio a mulheres negras, asiáticas e marrons e entre elas. Outras pessoas já estão fazendo esse trabalho, mas para que esse esforço seja bem-sucedido, este projeto de desmantelamento precisa ser feito. Este livro aborda o que a “branquitude” tem feito dentro do movimento feminista; pesquisas similares podem e precisam ser feitas sobre como a branquitude opera dentro dos movimentos lésbicos, gays, trans e queer.

O objetivo aqui não é banir mulheres brancas do feminismo, mas extirpar a *branquitude* com todas as suas suposições de privilégio e superioridade, assim como estimular a liberdade e o empoderamento de todas as mulheres.



## INTRODUÇÃO

# Em um bar de vinhos, um grupo de feministas

**É** uma noite quente de outono e estou em um bar de vinhos em Manhattan com outras cinco mulheres. O clima está acolhedor e animado. Duas das mulheres são escritoras e jornalistas, como eu, e as outras três trabalham na mídia ou no mercado editorial. Todas, exceto eu, são brancas. Estou contente por ter sido incluída nesta noite, e também ansiosa para impressionar e me tornar amiga dessas mulheres que conhecia apenas profissionalmente por ligações e e-mails.

A primeira barreira surge quando o garçom chega para anotar nossos pedidos. “Vamos dividir uma jarra de sangria!”, diz alguém, e todas concordam, animadas; então elas se viram para mim, esperando por aprovação. “Estou tomando alguns remédios, mas, por favor, meninas, vão em frente. Bebam por



mim”, declaro com um sorriso que tem a potência de encobrir todo o desconforto, o meu e o delas. É a verdade, mas me sinto envergonhada por dizer aquilo. Elas sabem que sou mulçumana e imagino que se perguntem imediatamente se sou certinha demais para me encaixar no grupo. “Não é nada religioso”, acrescento assim que o garçom vai embora, “vocês não fazem ideia do quanto eu adoraria tomar uma taça agora.” Há risos por toda a mesa. Agora receio que as risadas sejam forçadas e que o teste para pertencer àquele grupo já esteja perdido.

A segunda barreira chega um pouco mais tarde, quando todas, exceto eu, estão relaxadas por causa da sangria e trocam histórias mais pessoais, conectando-se do jeito que deve ser em um bar de vinhos em Manhattan em uma noite de outono. Percebo o que vai acontecer quando uma das mulheres, uma notável autora feminista, olha para mim com ar de malícia. “Então, Rafia... Qual a sua história?”, pergunta ela de um jeito conspiratório, como se eu estivesse escondendo algum mistério irresistível.

“É”, acrescenta uma das outras, editora de um jornal literário, “como você veio parar aqui... Tipo, nos Estados Unidos?”

Essa é uma pergunta que detesto tanto que aprendi a desviar dela como se estivesse fazendo uma piada em um show de stand-up. Também estou performando agora, mas sei que ser engraçada não vai adiantar, vai parecer mais com uma fuga. Mas estou preparada para esse momento, em especial porque tantas vezes antes situações assim se provaram com-

plicadas. Muitas vezes (como uma dramatização em números de stand-up), conto alguma mentira boba. Digo às pessoas que vim aos Estados Unidos aos dezoito anos para fazer faculdade e acabei ficando.

É apenas dois terços de uma mentira. A verdade é: vim para os Estados Unidos como uma jovem noiva. Uma noite, depois do jantar, sentada na beira da cama em Carachi, na metade dos anos 1990, concordei com um casamento arranjado. Tinha dezessete anos; meu marido, treze anos mais velho e médico paquistanês-americano, tinha prometido “permitir” que eu fizesse faculdade assim que nos casássemos. Havia outros motivos que me levaram a dizer “sim”, mas a possibilidade de fazer faculdade nos Estados Unidos, algo que minha família conservadora nunca permitiria (ou conseguiria bancar), era o principal fator. Minha vida até então tinha sido limitada de todas as formas possíveis, mal se estendendo para além das paredes da nossa casa. Eu nunca havia experimentado a liberdade, então abdiquei dela alegremente.

Quando cheguei aos Estados Unidos, fui direto para Nashville, no Tennessee. Lá, frequentei a faculdade Southern Baptist (quando ainda tinha uma afiliação bem próxima com a Igreja e onde avisos prometendo fogo e enxofre para todos os não batistas eram algo trivial), escolhida pelo meu novo marido e onde ele me matriculou, à qual eu deveria pagar por meio de empréstimos estudantis. Depois de me graduar, implorei que ele me permitisse fazer uma especialização em Direito para a qual eu tinha me ins-

crito, ganhando uma bolsa de estudos parcial. Ele recusou, depois cedeu, depois “mudou de ideia”, me lembrando de que sua promessa matrimonial era me deixar fazer faculdade, *não* uma especialização em Direito.

A natureza transacional do nosso relacionamento se evidenciou. Os sete anos seguintes não mudaram as coisas para melhor. Em nossa última briga, o policial que chegou ao local foi influenciado pelo meu repentinamente calmo e cortês marido e me disse para “fazer as pazes”. Só muito tempo depois eu aprenderia que é isso o que policiais dizem para mulheres que lhes pedem ajuda, todas as vezes.

Não “fiz as pazes”, mas passei a noite agarrada com a minha bebê adormecida. Na manhã seguinte, depois que meu marido saiu para o hospital para suas rondas matinais, peguei minha filha, uma pequena mala com roupas, uma caixa de brinquedos e um colchão inflável e dirigi até um abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica, uma casa sem designação e desconhecida. Uma mulher loira com sombra azul cintilante nos olhos me levou até lá. “Vá seguindo meu carro”, disse ela quando nos encontramos no estacionamento do Kmart, e foi o que eu fiz, com a música do *Barney* tocando sem parar dentro do carro para manter minha filha quieta.

Calculo o preço de apresentar uma versão abreviada da minha história ao grupo de copo literário. Mesmo se eu acrescentasse alguns detalhes, a versão editada da verdade poderia parecer brusca, reservada. Contar segredos é a essência das amizades; eu

poderia começar essa tessitura agora, envolvendo-as nas tramas e nos trançados da minha história.

Mas sinto que também não posso contar a versão completa. A verdade daquela experiência, e do que enfrentei depois na luta para construir a vida como uma jovem mãe solo nos anos 2000, parecia inapropriada de um jeito gritante para um bar de vinhos e para as minhas companheiras bem-vestidas, um pouco embriagadas e elegantemente conscientes. Conteí toda a verdade para mulheres assim antes, e a reação sempre foi a mesma. Há os olhos arregalados, o olhar de seriedade e choque, a mão sobre a boca, os braços jogados ao redor dos meus ombros. Quando termino, há uma compaixão sincera, uma procura feroz em sua mente por alguma história parecida, uma tia, uma amiga, uma conexão com violência. Então, duas coisas podem acontecer.

Se eu tiver sorte, alguém faz uma piada ou sugere um brinde e seguimos para o próximo assunto, que ansiosamente começo. O mais comum, quando não tenho sorte, é haver um silêncio desconfortável enquanto todas encaram a mesa ou olham para suas bebidas. Depois pegam bolsa, celular e dão desculpas para irem embora em meio a declarações de “foi ótimo”, “devemos fazer isso mais vezes” e “obrigada por compartilhar sua história”. As palavras têm boas intenções, mas o tom é inconfundível. Não me lembro de já ter “feito isso mais vezes”.

E sei por quê. Existe uma divisão dentro do feminismo da qual não se fala, mas que se mantém inquietada sob a superfície por anos. É a divisão entre as

mulheres que escrevem e falam sobre feminismo e as mulheres que o vivem, as mulheres que têm voz contra as mulheres que têm vivência, aquelas que constroem as teorias e as políticas e aquelas que carregam as cicatrizes e as suturas das brigas. Embora essa dicotomia nem sempre trace uma divisão racial, é verdade que, em sua grande maioria, as mulheres que são pagas para escrever sobre feminismo, que lideram organizações feministas e fazem política feminista no mundo ocidental são brancas e da classe média alta. Essas são nossas especialistas, nossas “experts”, que sabem, ou pelo menos dizem saber, o que significa feminismo e como ele funciona. Do outro lado, temos as mulheres de cor, trabalhadoras, imigrantes, pertencentes a minorias, indígenas, trans, moradoras de abrigos — muitas das quais vivem como feministas, mas raramente conseguem falar ou escrever sobre si. Existe uma suposição incipiente, criada por outras feministas brancas, de que as mulheres realmente fortes, as feministas “de verdade”, não acabam em situações abusivas.

É evidente que acabam. Mas devido a uma infinidade de fatores, em especial o acesso delas a recursos, ao menos na maioria das vezes ou com frequência, elas não precisam se expor a se encaminhar para abrigos ou necessitar de recursos públicos. Em contrapartida, mulheres de cor, na sua maioria imigrantes e pobres, precisam aceitar ajuda de estranhos e do Estado, são visivelmente carentes e, de maneira notável, vitimizadas. É uma situação complexa; no entanto, a imagem de feministas brancas como salvadoras

é estimulada/mantida, assim como a de mulheres de cor como aquelas que são salvas.

Portanto, uma aversão incipiente à experiência do trauma permeia feministas brancas, o que acaba produzindo desconforto e alienação no que diz respeito à realidade das mulheres que o vivenciaram. Senti isso todas as vezes, mas apenas recentemente consegui fazer essa conexão com as suposições sociais implícitas em relação a quem está submetido ao trauma. Ao destacar que a experiência do trauma é o “padrão” para mulheres negras, asiáticas e marrons, como se a vitimização delas estivesse enraizada em suas culturas, enquanto o sofrimento de mulheres brancas é retratado como uma aberração, uma falha técnica, a cultura branca, incluindo o feminismo que brotou dali, se assegura como superior.

É por esse motivo que tem sido difícil falar a respeito das dificuldades que enfrentei. Ser uma das “outras” mulheres não brancas — e particularmente me identificar como alguém que passou algum tempo nas trincheiras, vivendo com medo pela minha vida, me mudando de um abrigo a outro, e carregando as cicatrizes desse trauma — vai me fazer ganhar, por um momento, elogios de mulheres brancas, sei disso. E, nesse momento, elas vão dizer a coisa certa, se maravilhar com minha coragem, fazer perguntas sobre como era me esconder de um abusador, o que significa ser uma mãe solo. Mas me apropriar dessa identidade como “outra” também vai permitir que elas me coloquem mentalmente abaixo de mulheres que fazem o verdadeiro trabalho no feminismo, que definem suas

fronteiras, seus parâmetros intelectuais e políticos. Feministas “de verdade”, aos olhos delas, estão lutando pela causa na arena pública, livres da mudança imposta pela carga de uma experiência difícil.

O que sinto nesses momentos não é síndrome da impostora. Sei que vivenciei mais e superei mais coisas do que as mulheres que estavam comigo naquela noite. Mas também sei que o mundo das minhas companheiras se divide entre mulheres de cor que têm “histórias” para contar (ou para serem contadas por outros) e mulheres brancas que têm o poder e a perspectiva feminista inerente. Aí estão os mecanismos, as engrenagens de como as experiências de mulheres negras, asiáticas e marrons são colocadas como o outro, fendidas por feministas brancas sob a etiqueta mental de “não aplicável a mim”.

Aqui, também, “identificação” exerce sua tirania cultural ao usar a linguagem de preferência pessoal para, na verdade, legitimar a estreiteza e a rigidez do imaginário coletivo branco. Os departamentos acadêmicos, as editoras, os jornais, as diretorias de poderosas ONGs internacionais e as ações por direitos civis no mundo ocidental estão repletos de mulheres brancas de classe média. Para ser aceita nesses espaços de poder, preciso que elas se “identifiquem” comigo, preciso “me encaixar” entre elas. E se os espaços são brancos e de classe média (e eles são), preciso ser reconhecida em minha humanidade especificamente por pessoas brancas e de classe média.

Em um nível superficial, consigo demonstrar essa afinidade por meio de menções ao despertar fe-

minista fervoroso na faculdade, a encontros desastrosos em vários aplicativos, detalhes selecionados de uma vida urbana abundante e uma rotina trabalhosa de cuidados com a pele. Também posso demonstrá-la ao não mencionar os tipos de experiências que pessoas brancas acreditam que não se aplicam a elas — certos tipos de abusos domésticos, por exemplo, algumas formas de migrações, alguns conflitos internos.

O culto à identificação estimula a exclusão de certos tipos de experiências vividas pelas hierarquias do poder feminista, com consequências perversas para o pensamento e a práxis feminista. Muitas instituições envolvidas na construção de políticas feministas não apenas se recusam a considerar as experiências de mulheres de cor como uma perspectiva útil a ser trazida para as colegas como, na verdade, tratam tais experiências como uma falha da candidata, com base na alegação — e no temor — de que elas serão “menos objetivas” por causa disso. Durante meus seis anos de trabalho no conselho de diretores da Anistia Internacional dos Estados Unidos, nem uma vez vi qualquer um dos muitos prisioneiros de consciência, que tinham seus casos destacados pela organização, ser convidado a participar em discussões políticas ou ser indicado ao conselho. Até mesmo o abrigo em que trabalhei tinha uma regra que impedia os residentes de serem voluntários ou de trabalharem lá até que se passasse um período intermediário de vários anos.

A grande mentira sobre a identificação é sua alegação implícita de que existe uma única perspectiva verdadeiramente neutra, um ponto de partida origi-



nal, contra o qual tudo mais pode ser medido. Identificação é subjetividade revestida de objetividade. A pergunta que supostamente não devemos fazer, quando encontramos o “problema” de identificação insuficiente, é: identificação em relação a quem? Assim, as histórias de mulheres de cor são comumente contadas, mas a perspectiva que se conquista ao vivenciar tais histórias nunca se torna parte da epistemologia do feminismo.

A dicotomia funcional entre expertise e experiência não é, de forma alguma, incidental. Muitas feministas brancas têm forjado carreiras de sucesso fazendo análises e políticas baseadas no estudo formal, acumulando qualificações, conduzindo pesquisas, tendo seu trabalho publicado em jornais e livros. Elas conseguiram fixar um espaço profissional, no qual ideias podem ser construídas e desmanteladas. E como o acesso a oportunidades educacionais e profissionais é distribuído de maneira desigual, favorecendo pessoas brancas, essa ênfase na expertise se transforma em uma forma de proteger o poder que deixa de fora pessoas de cor, assim como pessoas da classe trabalhadora, imigrantes, e muitos outros grupos. Dessa forma, a introdução de um tipo diferente de autoridade nesse espaço, fundado em experiências vividas que essas “experts” talvez não compartilhem, é vista como uma ameaça à legitimidade da própria contribuição delas para os direitos das mulheres — como se os pensamentos e a práxis feministas fossem jogos de soma zero, e um conhecimento suplantasse o outro.

A inquietação em torno da contestação da primazia pela expertise, que anda lado a lado com a contestação da branquitude e da sua acumulação de poder, leva a uma forma particular de cálculo racializado. Se uma experiência ou característica é associada a um grupo não branco, então ela é codificada automaticamente como sem valor e, por sua vez, qualquer um associado a ela se torna desvalorizado. Esta é a forma como a hegemonia protege a si mesma: silenciando e punindo as diferenças ao arrancar sua legitimidade. Esse tipo de julgamento de valor motivado está no centro da supremacia branca, e é como ela opera dentro do feminismo, com mulheres brancas de classe média no topo, garantindo que as qualificações que as mulheres brancas de classe média têm continuem a ser o critério mais valioso dentro do próprio feminismo.

Sentada no bar de vinhos, tenho consciência de tudo isso. E consigo sentir minha raiva surgir por precisar “manter as coisas leves”, acomodando as expectativas das pessoas não familiarizadas com o que pode acontecer e acontece de ruim a mulheres como eu. Mas uma voz dentro de mim insiste: “Você chegou tão longe.” Sei exatamente o que isso significa: quero ter uma voz da forma como mulheres como eu — mães solo, noivas imigrantes, sobreviventes de abusos, mulheres sem rede de apoio ou contatos ou diplomas de faculdade chiques — raramente podem ter. E eu quase já a conquistei, digo a mim mesma. Estou quase lá. É só a diferença entre sentir orgulho da minha verdade e censurá-la.

Escolho a segunda opção. “Ah, eu me casei cedo e vim fazer faculdade nos Estados Unidos”, digo tranquilamente. “Ele era um babaca”, reviro os olhos, “então me divorciei e nunca olhei para trás.” É a quantidade certa de informação. “Que bom!”, arqueja uma delas. “Uau, não me casei nenhuma vez e você já é divorciada”, ri outra na ponta da mesa. A conversa segue sem interrupções. Quando a conta das três jarras de sangria chega, a divisão é feita igualmente entre nós. Pago a minha parte, embora tenha bebido uma única Coca Diet. Ninguém se importa.

.

Na narrativa baseada apenas em gênero que tem dominado o feminismo *mainstream*, todas as mulheres são colocadas contra todos os homens, em relação aos quais buscam paridade. Nessa luta, contudo, mulheres brancas tomaram para si o direito de falar por todas as mulheres, ocasionalmente permitindo que uma mulher de cor fale, mas apenas quando ela consegue fazê-lo no tom e na linguagem da mulher branca, adotando as prioridades, as causas e os argumentos da branquitude. Mas a suposição de que mulheres de cor e mulheres brancas enfrentam as mesmas desvantagens em relação aos homens é falha. Todas as mulheres brancas desfrutam do privilégio racial branco. Mulheres de cor são afetadas não apenas pela desigualdade dos gêneros, como também pela desigualdade racial. Um feminismo que não vê cor, dessa forma, impõe um custo identitário a essas

mulheres de cor, apagando uma parte central de suas experiências de vida e realidades políticas. Isso torna impossível ver as maneiras como um feminismo centrado na branquitude não serve às necessidades dessas mulheres.

Durante minha infância no Paquistão, vi minha mãe, minha avó e minhas tias sobreviverem a terríveis sofrimentos de todos os tipos. Elas sobreviveram a imigrações, perdas devastadoras nos negócios, maridos inaptos, relações perdidas, discriminação jurídica e muito mais, sem nunca se entregarem ao desespero, sem nunca abandonar aqueles que contavam com elas, sem nunca deixarem de estar presentes. A resiliência, o senso de responsabilidade, a empatia e a capacidade de ter esperança delas também são qualidades feministas, mas não aquelas que a atual aritmética do feminismo vai reconhecer. No sistema de valores do feminismo branco, é a rebeldia, em vez da resiliência, que é vista como a principal virtude do feminismo; o sofrimento das minhas ancestrais maternas é categorizado, assim, como um impulso pré-feminista, equivocado, ignorante e incapaz de conquistar mudanças. Nenhuma atenção será dada às feministas paquistanesas, exceto se elas fizerem algo reconhecível dentro da esfera da experiência de feministas brancas — andar de skate usando seus turbantes, marchar com cartazes, escrever um livro sobre sexo, fugir para o Ocidente. O fato de que a resiliência pode ser uma qualidade feminista tanto quanto a rebeldia se perde na história do feminismo escrita e povoada inteiramente por mulheres brancas.

Este também é um legado da supremacia branca: a perspectiva branca nunca foi desagregada do feminismo. Ela se tornou a única forma de feminismo que reconhecemos ou até a única que comunicamos. E isso significa que, na maioria das vezes em que as mulheres falam “feminismo”, elas sem querer usam a cadência e a cor da branquitude.

Nas minhas análises, tenho uma dívida profunda com a obra da teórica política Gayatri Chakravorty Spivak, cujo ensaio inovador *Pode o subalterno falar?* foi o primeiro a apontar como os europeus pressupõem que conhecem o outro ao colocá-lo no contexto do oprimido. A famosa articulação de Spivak sobre “homens brancos salvando mulheres de pele escura de homens de pele escura” tem sido uma estrutura teórica que fortalece muito esta obra.<sup>1</sup> Spivak demonstrou como o subalterno não tem permissão para falar; eu estou interessada em demonstrar como atualmente são dadas ao subalterno algumas chances de falar, mas ele não é ouvido porque os alicerces da supremacia branca (mais bem representada por colonialismo e neocolonialismo) não foram desmantelados. Diferentemente da obra de Spivak, este não é um livro de teoria feminista, mas de prática feminista e suas genealogias problemáticas, as questões do passado e as novas formas que elas tomaram em nosso presente.

A consequência de ser incapaz de separar a branquitude das pautas do feminismo é que feministas de toda parte continuam a se ligar à genealogia e à epistemologia de feministas brancas. Estudantes negras aprendem sobre Susan B. Anthony, reveren-

ciando sem saber uma mulher que, contrariada com o progresso da Décima Quinta Emenda, disse a Frederick Douglass: “Eu vou cortar meu braço direito antes de um dia trabalhar pelo direito ao voto de um negro e não de uma mulher.” Feministas sul-asiáticas que adoram as heroínas de Jane Austen e as têm como modelos de força, sagacidade e discernimento estão absorvendo as visões imperialistas de Austen, suas justificativas para que os colonizadores brancos conquistassem terras sem o conhecimento dos nativos. Em incontáveis casos como esses, a apresentação acrítica do feminismo branco como a forma definitiva e única de feminismo secretamente recruta mulheres de cor para suas próprias motivações.

Existem dois antídotos para isso.

Primeiro, devemos extirpar a supremacia branca de dentro do feminismo. Esse espaço desproporcional que foi tomado pela branquitude dentro do feminismo, e a sugestão implícita de que esse desequilíbrio existe porque apenas mulheres brancas são feministas de verdade, deve ser reocupado por causas robustas de outros feminismos: aqueles que são ativamente suprimidos ou apagados pela dominação colonial e pelo silenciamento branco, e aqueles que foram eclipsados pela indiferença, passada e presente, do privilégio branco.

Segundo, já que experiência gera políticas, ambas precisam ser recalibradas dentro do vocabulário necessário do feminismo. O apagamento das experiências de mulheres negras, asiáticas e marrons tem significado o apagamento de suas políticas, e as duas

coisas precisam ser reavaliadas urgentemente como parte integral do cânone feminista. Para que essas experiências fiquem explícitas, feministas de todos os tipos devem trabalhar em prol do desenvolvimento de suas próprias genealogias, para olhar para as mulheres em suas vidas e suas histórias que não têm sido consideradas “feministas” por não espelharem os projetos e as prioridades de mulheres brancas. Esse trabalho já vem sendo feito por muitas escritoras comprometidas em contar as histórias de mulheres de cor. Expressar e documentar experiências é valioso por si só, um processo vital de afirmação e solidariedade coletiva. Mas também é um catalisador para revitalizar a política, de maneira que estratégias e objetivos feministas alcancem além dos interesses de mulheres brancas e da classe média para chegar em todas aquelas mulheres que têm suas histórias e políticas hoje invisibilizadas, e essas necessidades, por terem sido sistematicamente não atendidas e omitidas por séculos, são muito urgentes. Além disso, documentar experiências também é valioso como uma afirmação de humanidade, solidariedade e experiência coletiva, que são importantes formas de autocuidado para mulheres de cor e marginalizadas.

A nova história do feminismo será diferente da que conhecemos hoje. Não é suficiente que narrativas alternativas de mulheres de cor simplesmente existam; elas precisam influenciar de verdade o conteúdo e o curso do movimento por paridade de gêneros. E antes que isso aconteça, mulheres brancas precisam avaliar quanto o privilégio branco tem influenciado

os movimentos feministas e continua a influenciar as pautas feministas hoje. Essas não são sugestões inovadoras, mas são aquelas que têm sido ignoradas com alarmante obstinação.

Estou cansada da falsa aparência de engajamento mesmo quando feministas brancas no poder se agarram aos seus medos, suas ignorâncias, e às formas sutis e não tão sutis com as quais incluem e excluem. Quero poder me encontrar em um bar de vinhos e ter uma conversa honesta sobre mudança, sobre transformação, sobre como podemos acabar com um sistema falho e construir um novo e melhor.



# CHEGOU A HORA DE EXTIRPAR A SUPREMACIA BRANCA DE DENTRO DO FEMINISMO

Desde sua origem, o feminismo se baseou na experiência de mulheres brancas de classe média e alta, que há muito se autoproclamaram as especialistas no assunto. São elas que escrevem, palestram, dão entrevistas. Ao mesmo tempo, para manter seus privilégios, demarcam a branquitude do movimento ao sobrepor suas falas às das mulheres de pele negra e marrom.

No entanto, o diálogo só será possível quando todas as mulheres estiverem em patamares iguais. E é partindo do princípio de igualdade na diversidade que Rafia Zakaria, muçulmana, advogada e filósofa política, defende uma reconstrução do feminismo.

*Contra o feminismo branco* é um contramanifesto que insere as experiências de mulheres de cor no centro do debate. Em uma leitura direta e impactante, a autora questiona desde pensadoras como Simone de Beauvoir a produtos culturais como *Sex and the City*. O resultado é uma obra crítica à adesão do feminismo branco ao patriarcado, à lógica colonial e à supremacia branca.

Ao seguir a tradição de suas antepassadas feministas interseccionais Kimberlé Crenshaw, Adrienne Rich e Audre Lorde, Zakaria refuta a indiferença política e racial do feminismo branco em uma crítica radical, na qual coloca o pensamento feminista negro e marrom na vanguarda.

**SAIBA MAIS EM:**

<https://www.intrinseca.com.br/livro/1110/>